

O Boletim Informativo: documentação institucional ou discurso reapropriado?

Carla Reis Longhi
Doutora pelo Depto de História –USP
Prof. do Curso de Pós-grad. em Comunicação _UNIP

O objetivo desta comunicação é o de apresentar algumas reflexões referentes à constituição do Aparato Repressivo, especificamente o Aparato Informativo, durante o regime militar. A nosso ver, o Aparato Repressivo foi sendo moldado ao longo de todo regime militar, refletindo os conflitos inerentes ao percurso de institucionalização do próprio regime. Neste sentido, entendemos que a elucidação do processo de constituição deste Aparato muito nos esclarece sobre as relações estabelecidas no interior do próprio regime e na relação deste com a sociedade.

Apresentamos, aqui, a discussão sobre um tipo documental muito específico, presente nas pastas de comunicação entre o SNI e o DEOPS/SP, disponibilizadas na Série Dossiês, especificamente no dossiê 20.C.043, denominado ‘Boletim Informativo’. Como nomenclatura documental, este boletim não era novo mas, diferentemente do Boletim arquivado durante os anos de governo do presidente Castelo Branco, que tinha como órgão de produção o DEOPS/SP, este novo documento foi produzido pelo SNI – Agência São Paulo. Este fato indica uma mudança sintomática nos padrões de produção documental e, a nosso ver, isto demonstra a clara intenção em concentrar, no SNI, todo o controle de produção e circulação de Informação interna.

Este procedimento apenas corrobora o processo de centralização do poder, iniciado no governo Castelo Branco, com a publicação da Carta Constitucional de 1967, seguido da Lei de Segurança Nacional, e, continuado no governo de Costa e Silva, com a publicação, em primeira instância, do AI- 5 e, na seqüência, do gradativo fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional, representado por setores da linha – dura. Nos meses finais de seu governo, Costa e Silva não consegue aprovar a nova Constituição e a partir daí, define-se o que a historiografia denominou de- *o golpe dentro do golpe*, afinal, o vice- presidente- Pedro Aleixo- foi impedido de assumir o poder que lhe era de direito. Seguindo a condução destes fatos, a mudança na tipologia documental só vem confirmar uma tendência em prática, afinal o SNI está representado no Conselho de Segurança Nacional, participando de

todo o processo de centralização do poder e passando a representar o órgão que garantirá a produção e circulação da informação.

O primeiro BI (Boletim Informativo- produzido pelo SNI), que contém registro de arquivamento, se refere à data de 05/09. Estes foram dias intensos. Costa e Silva foi oficialmente considerado inapto no dia 31/08/69 e numa rápida movimentação foi formada a junta provisória tríplice, respaldada pelo AI-12, impedindo a posse de Pedro Aleixo. Em 1.º de setembro o Brasil foi recepcionado pela mais nova conquista tecnológica: a 1.ª edição do Jornal Nacional da Rede Globo; nesta, o jornal anunciava a doença do presidente e indicava que ele se encontrava em recuperação. O movimento de radicalização já havia se iniciado; foi apaziguado pelas novidades tecnológicas e pelo anúncio do seqüestro do embaixador americano, ocorrido no dia 04 deste mês. Esta sobreposição de fatos foi lida de maneiras diversas e, apesar de não parecer, foi a justificativa ideal para o recrudescimento.

A mudança na tipologia documental é uma demonstração da transformação em curso, projetada e posta em prática, antes de qualquer reação de grupos sociais. Dificilmente haveria tempo hábil para a reformulação do Aparato Informativo, arquivando este BI no dia seguinte ao seqüestro do embaixador, se já não fosse uma decisão tomada anteriormente. Dois aspectos merecem ponderação: como o SNI garantiu a produção da informação que constituirá este novo Boletim e qual a intenção da circulação de documentos com este perfil.

A observação deste tipo documental, organizado em 4 itens (1. **Político** (política interna / administrativa/ externa / atividades subversivas) 2. **Psico- social** (trabalho/ educação e cultura/ assistência e previdência social/ opinião pública) 3. **Economia** e 4. **Militar**) e bem distinta do Boletim produzido pelo DEOPS/SP visa, claramente, garantir uma visualização de informações referentes a todas as áreas de interesse, pois como visto, busca dados sobre todos os setores da política, todas as áreas sociais, sobre economia e sobre a própria instituição militar. Neste sentido, objetiva garantir uma visão geral sobre os principais temas do país, sem se concentrar em questões estritamente locais, como era o caso do outro Boletim, que despendia de um grande espaço na descrição dos passos do governador, tanto em relação à suas viagens quanto às visitas oficiais recebidas, reuniões agendadas e discursos proferidos. Este último expunha os passos do governo; o novo boletim também, mas com características e intenções muito diversas.

Os Boletins Informativos [B.I.(s)] eram uma documentação diária. Cada tema podia conter vários sub-itens, organizados em pequenas informações. Toda a produção dos Boletins Informativos respeita a mesma organização interna. O tamanho do texto dificilmente excede dez linhas e o conteúdo da informação privilegia fatos indicativos e não opinativos. Nossa pesquisa comprovou que os BI(s) eram alimentados pelas informações retiradas de artigos de jornais, representados pelas siglas entre parênteses ao final de cada trecho. Assim, seriam: JT (Jornal da Tarde), FSP (Folha de S. Paulo), DNSP (Diário da Noite de São Paulo), ESP (Estado de São Paulo), N POP (Notícias Populares), o termo TODOS, entre outros. Os responsáveis pela organização destes documentos retiravam trechos dos jornais citando-os, com a clara intenção de explicitar a autoria da informação. Reproduziam os trechos recortados sem reformulação, mas também, sem preocupação com a manutenção da idéia original, já que assumiam a operação realizada. A informação ganhava um perfil factual, conciso. Vejamos alguns exemplos:

“**1. Política- A - Política Interna**¹”(este tema contém 17 itens):

“(4) – *O General Médici já tem uma equipe trabalhando na elaboração de um programa de governo. (J.T. de ontem)*”.

a)*Política Interna:*

(1) – *O General Garrastazu Médici vai participar pessoalmente da escolha de todos os principais membros do chamado ‘segundo escalão’ do governo, que até agora eram geralmente nomeados, e escolhidos a critério dos ministros de Estado. Outra providência: os indicados deverão passar pelo exame prévio do SNI. (JT).*

(5) *O governador Abreu Sodré anunciou, em Santa Cruz do Rio Pardo, ao receber o título de cidadão honorário, que não disputará nenhum cargo público depois que deixar o governo paulista, em janeiro de 1971. Afirmou que vai se transformar,*

¹ Pasta 20.C.043- 001, BI n.34, 02/10/69.

após o término de seu mandato, ‘em pregoeiro da nova mentalidade ditada pela Revolução de 1964’.

*O chefe do executivo paulista criticou, ainda, os religiosos que se deixaram ludibriar pela subversão e advertiu os políticos que a Revolução de 1964 não permitirá o retorno aos velhos métodos, nesta nova democracia.”(**TODOS**).*

(...)”²

A nosso ver, estas transcrições são bastante interessantes para mostrar o teor de boa parte dos itens presentes nos Boletins Informativos. Excetuando-se o terceiro exemplo, os membros dos órgãos de Informação não teriam a necessidade de retomar os jornais, todos os dias, para extrair informações como as colocadas acima, pois se referem às informações sobre a ação do próprio governo. Além disso, estas informações poderiam ser adquirida através de comunicação interna, contendo, inclusive, muito mais detalhes. Um aspecto, contudo, é indicativo: a maior parte dos trechos presentes nos B.I(s) reforça uma atitude positiva sobre o governo, demonstrando **agilidade** (.– *O General Médici já tem uma equipe trabalhando na elaboração de um programa de governo*), **controle e centralização** (*O General Garrastazu Médici vai participar pessoalmente da escolha de todos os principais membros do chamado ‘segundo escalão’ do governo*), através do qual demonstra a força e poder do SNI e, também, **capacidade de agregação** (*O governador Abreu Sodré ... Afirmou que vai se transformar, após o término de seu mandato, ‘em pregoeiro da nova mentalidade ditada pela Revolução de 1964’.*)

Ao mesmo tempo em que constrói um **discurso de convencimento**, apresenta uma informação, no documento denominado Boletim Informativo, que informa muito pouco. O trecho abaixo foi retirado do item (d) _ Atividades Subversivas:

“(32) – A Polícia descobriu e desmantelou anteontem, em São Sebastião, no litoral paulista, um ‘aparelho’, onde se reuniam grupos subversivos. (JT).”

² Pasta 20.C.043- 005, doc. 336, BI- 267, 17/11/69.

Ao retomarmos os aspectos básicos da composição temática de uma informação jornalística (o quê /quem/ quando/ onde/ como/ por quê), percebemos que este procedimento era utilizado pelos membros da polícia civil³, cujo entendimento era o de que as “*técnicas de elaboração da notícia têm que responder basicamente a estas perguntas (que/ quem/ quando/ onde/ como/ por quê)*” .Esta observação é reiterada em documento produzido pelo DICOM⁴ (Divisão de Comunicação) com produção posterior ao momento aqui discutido:

“Artigo 10.º - As mensagens operacionais rotineiras (roubos, furtos, encontro de autos, lesões corporais, etc.) deverão ser padronizadas, com apenas os elementos necessários, constando sempre os: que, quando, onde, como e quem.”

Podemos observar que havia uma técnica utilizada para a composição da mensagem e que visava à composição de um padrão. Ao analisarmos o conteúdo dos BI(s), verificamos que estes priorizam o primeiro aspecto, podendo destacar os quatro primeiros itens, mas dificilmente os dois últimos. Retomando o trecho do BI acima destacado, podemos notar que esta reprodução não visa esclarecer, a ação dos subversivos, descrevendo sua organização, nomes dos membros, documentação encontrada, elementos estes que explicitariam o como e o por quê. Tampouco busca esclarecer o percurso da própria polícia para a resolução deste episódio, muito menos apresentar o significado deste desmantelamento para o controle da atividade subversiva. Isto por que toda comunicação pressupunha a necessidade do segredo. Abaixo encontramos um registro à mão, com timbre – Relatório-, comentando o decreto- lei 898:

“Decreto- lei 898- 29 de setembro de 1969

Publicado Diário Oficial União de 29-09-1969

³ Encontramos rascunhos de preparação de aulas (de onde retiramos as anotações acima) para as aulas ministradas na Academia de Polícia. Estes documentos constam dos arquivos pessoais do Delegado Bel. Edison Reis Longhi, professor da Academia de Polícia na cadeira de ‘Telecomunicações e Sistemas Operacionais’ e membro da polícia civil, situado no DICOM – Divisão de Comunicação . Estes arquivos foram gentilmente cedidos pela família.

⁴ Arquivo particular do Delegado Bel. Edison Reis Longhi, documento intitulado “Portaria DGP”, 1978.

No art. 15, parágrafo 6.º ‘facilitar o funcionário público, culposamente, o conhecimento de segredo concernente à Segurança Nacional: Pena: detenção, de 2 a 5 anos.’

Esse artigo nos toca muito de perto porquanto todas as mensagens transmitidas pelo Serviço de Comunicações são de natureza reservada. Somente a Autoridade Policial e o Operador de Telecomunicações poderão conhecer o conteúdo da mesma. Entretanto, cabe ao Operador a guarda das respectivas mensagens.

E, continuando, o decreto-lei, em seu artigo 31- diz: ‘Revelar segredo detido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurretos ou rebeldes:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos

Parágrafo único: Se o segredo revelado causar prejuízo às operações militares ou aos planos aludidos

Pena: reclusão, de 12 anos até prisão perpétua’...”⁵

Este documento não faz referência específica à constituição dos BI(s), tampouco exclusivamente à comunicação de circulação interna. Porém, refere-se a um decreto- lei, publicado no mês de setembro (início dos BIs), aludindo à preocupação em relação à produção e circulação da informação. Destaca intensa preocupação quanto ao controle da informação, definindo autoridades responsáveis pela produção e setores responsáveis pela guarda da mesma; neste percurso defini-se à idéia do segredo. A nosso ver, então, destaca um olhar centrado na caracterização das mensagens, o que nos leva a pensar que a característica do BI não é aleatória e têm objetivos definidos quanto ao ato da comunicação interna. Assim, acreditamos que o aspecto essencial do BI acima destacado é o de apontar a ação bem sucedida do governo em dismantelar o órgão em questão, novamente a **ação positiva, de convencimento**. Esta intenção é recorrente:

⁵ Este documento faz parte dos Arquivos Pessoais do Del. Bel. Edison Reis Longhi. Foi escrito em folha timbrada “Secretária de Segurança Pública- Divisão de Comunicações da Polícia civil- DICOM”. A folha tem o título timbrado- Relatório. Trata-se de texto escrito a mão, sem data ou assinatura. Consideramos relevante, pois este órgão da Polícia Civil tinha uma responsabilidade direta sobre a produção e circulação da comunicação interna.

*“ Ministro da Justiça baixou portaria, ontem, determinando o confinamento do jornalista Helio Fernandes, diretor do jornal ‘Tribuna da Imprensa’, pelo prazo de 15 dias, em Campo Grande, MT. (FSP- ESP)”.*⁶

Há o destaque, neste caso, para a ação do poder executivo (quem / quando e o quê), sem esclarecer as causas do confinamento, o contexto do mesmo e/ ou uma possível reação do jornalista ou da classe jornalística (como e por que) e, como já dito, não se trata de informação que precisaria ser retirada de um artigo de jornal

A discussão referente à caracterização dos BI(s) está inserida no contexto da transitoriedade do cargo presidencial. Apesar de Jayme Portela de Melo pretender conduzir todo o processo de transição do governo Costa e Silva acreditando, provavelmente, poder ser o legítimo sucessor do mesmo, este processo saiu do seu controle e , no decorrer deste mês de setembro, houve uma profunda disputa interna pela sucessão: estava em jogo o controle da continuidade política. O General Antonio Carlos Muricy, chefe do Estado Maior do Exército e bastante influente na ala ‘castelista’, defendia a rápida escolha de um novo vice- presidente; o general-de-divisão Affonso Augusto de Albuquerque Lima começou a alinhar sua própria candidatura. O discurso de unidade e coesão demonstrava a instabilidade e risco. Era maior a preocupação quanto à estabilidade interna do que quanto à movimentação da esquerda e isto se torna explícito quando se verifica a dificuldade em se estabelecer critérios de escolha do sucessor, afinal, temiam as próprias forças Armadas:

“Duas semanas de conciliábulo permitiram que a poeira assentasse. O candidato do Alto- Comando seria um dos onze generais quatro estrelas. Não podia ser tão ligado a Costa e Silva a ponto de perder o apoio dos generais descontentes com o governo, nem tão ligado aos descontentes a ponto de parecer um candidato de oposição ao marechal. Até porque candidato de oposição já havia, e forte. Era Albuquerque Lima.(...)”

⁶ Pasta 20.C.043- 001, BI n.34, 02/10/69.

Como o general Portella percebera havia mais de uma semana, restava só um: Garrastazu Médici, comandante do III Exército.”⁷

Jayme Portella perdeu seu espaço na história, espaço este meticulosamente arquitetado e o prazo de quinze dias para a definição de como proceder à doença de Costa e Silva indica o tamanho da crise e as dificuldades que se sucederiam mesmo com a escolha do futuro presidente. Neste ínterim, os BI (s) continuam a ser produzidos e arquivados, mantendo a característica acima citada: a constituição de uma narrativa que apresenta um governo atento e atuante. Composto-se com esta discussão, notamos que estes boletins não contêm, em quantidade determinante, como o tipo anterior, trechos de discursos políticos ou longas descrições dos passos dos membros do poder executivo, textos estes que garantiriam uma riqueza discursiva maior. A soma destes diferentes aspectos acaba por caracterizar um tipo de informação tipicamente condensada, com predomínio factual (o quê) em oposição à organização de textos dissertativos ou opinativos.

Com esta descrição queremos demonstrar que, por um lado, a reformulação da tipologia documental foi drástica, mesmo em relação ao tipo documental – Boletim Informativo- existente até então, criando um perfil de documento que certamente servia a intenções bem definidas. Por outro lado, todo o aparato repressivo sofreu reformulações intensas a partir do 2.º semestre de 1969, respondendo a uma remodelação de caráter geral e não particular, como poderia parecer ao primeiro olhar. Várias são as ações comprobatórias: no dia 18 de setembro a junta governativa assinou uma nova Lei de Segurança Nacional e o já comentado decreto- lei 898 de 27/09, publicado no Diário Oficial em 29/09, reafirma suas preocupações em relação à Segurança Nacional e destaca:

“Em seu artigo 1.º define a posição definitiva de que ‘toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.’ Há necessidade de que este artigo seja mais e melhor difundido para que cada um assuma a responsabilidade que lhe é pertinente, dentro, evidentemente dos limites definidos por lei (os irresponsáveis[22CP], os menores de 18 anos [23 CP] e

⁷GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.117-118.

outros), isto nos casos que estariam isentos e nos demais, todos são responsáveis perante a lei.”⁸

Assim, entendemos que a tipologia documental dos órgãos de Informação respondeu ao mesmo processo de recrudescimento ocorrido com todo o Aparato Repressivo. Não podemos deixar de lembrar a criação da **OBAN**, pois apesar de ser um órgão de caráter estadual, indica a prevalência de um pensamento circulante radicalizado. A - **Operações Bandeirantes** - criada em julho de 1969, em São Paulo, foi a primeira experiência de integração das forças repressivas. Dela faziam parte elementos das três forças armadas, da Polícia Federal, das polícias civil e militar e do governo estadual. Era inovadora pois, não só garantia uma ação integrada entre as várias forças, como também era um órgão de ação e não apenas de produção de informação. Em tese, este órgão estava sob o comando do II Exército (divisão regional centralizada em São Paulo), priorizando então o comando deste sobre as outras forças. Coloquei em tese, pois não havia uma formalização legal deste comando e de seu raio de ação. Esta indefinição liberava o órgão à ação ilegal repressiva, pois não pesava sobre ele uma legislação impeditiva ou punitiva, cabendo a ele, então, a responsabilidade de boa parte da prática de tortura, pois, apesar de sua curta existência a OBAN criou um perfil de conduta copiado pelos dois órgãos posteriormente criados.

Outro aspecto que precisa ser lembrado é o da presença de fortes elementos punitivos e controladores na Emenda Constitucional n.º 1 de 17/10/1969, que incorporou à Carta Constitucional de 1967, entre outros aspectos, os que abaixo destacamos:

“...a pena de morte e a pena por banimento (...) a duração do estado de sítio foi ampliada de 60 para 180 dias e foi aberta a possibilidade de sua prorrogação por tempo indeterminado. O conceito de ‘abuso dos direitos políticos’ foi introduzido, bem como limitações à liberdade de cátedra e de expressão artística. O direito de associação deixou de ser garantido para ser ‘assegurado’, desde que ‘para fins lícitos.’”⁹

⁸ Documento escrito a mão, em folha timbrada “Secretária de Segurança Pública- Divisão de Comunicações da Polícia civil- DICOM”. A folha tem, também, o título timbrado- Relatório.

⁹ ABREU, Alzira Alves de (et ali). **Dicionário Histórico- biográfico brasileiro**, R. J., Editora FGV, 2001, .vol. 3, p. 3681.

Todos os aspectos acima colocados indicam a radicalização do regime ainda no ano de 1969, prevista em sua legislação (nova Lei de Segurança Nacional, decretos-lei e a Emenda Constitucional), na constituição de aparato repressivo (OBAN) e na reformulação da documentação circulante do próprio aparato informativo. Garrastazu Médici assume a presidência em 25 de outubro de 1969, em meio a este turbilhão, coadunado com ele. Assim, quanto à documentação de comunicação SNI- DEOPS/SP entendemos que tem, como primeira marca, o fato de passar a concentrar toda a produção e circulação da Informação nas mãos do SNI, no que diz respeito à comunicação SNI- DEOPS/SP e a produção documental referente a esta.

Desta forma, nossa hipótese sobre a reformulação da tipologia documental e o papel do SNI na produção dos Boletins Informativos é a de que o SNI teria, neste momento, dois papéis a cumprir: o primeiro, como órgão de informação, de registrar a leitura estabelecida para e pela sociedade sobre qualquer ato governamental, com o intuito de “*abastecer a Presidência da República e assessores diretos de ‘informações necessárias.’*”¹⁰. O segundo é bem explicitado por Carlos Fico, quando coloca:

*“As informações serviam para manter os diversos órgãos integrantes da comunidade em constante comunicação, numa atividade que tinha muito de autoconvencimento por retroalimentação.”*¹¹

Esta tipologia reforça esta tese, pois demonstra a função primeira de fiscalização das informações e idéias circulantes (**abastecimento**), pois se apropria de uma informação já circulante. A função seguinte, mas não por menos importante, seria a de manipulação da informação circulante para garantir a retroalimentação esperada (**retroalimentação/ autoconvencimento**). Visualizamos esta manipulação, nos recortes estabelecidos na informação original, destacando-se o que é de interesse para compor a nova informação, que passa a circular no Boletim Informativo.

¹⁰ FICO, Carlos. **Como eles Agiam**, RJ, Record, p. 83.

¹¹ IDEM, *Ibidem*, p.100.

Perceber a necessidade da manutenção da comunicação interna como uma forma de criar um discurso homogêneo e objetivos comuns, com o sentido de dissipar os conflitos internos à própria instituição, principalmente em relação à oficialidade, é a nosso ver o principal papel deste tipo documental. Como analisado através dos trechos já citados, as informações componentes destes Boletins não eram novas ou originais (já circulavam na mídia impressa) e tampouco orientadoras para focos de ação (no sentido de fornecer dados para desmantelamentos, prisões, etc., pois ao contrário, apenas resumiam situações efetivadas).

Mesmo informações sobre a ação subversiva, ponto este crucial para os governos militares, eram constituídas através de informações circulantes na mídia impressa, reafirmando a falta de originalidade, garantindo a manutenção do segredo sobre os aspectos pertinentes. Ao mesmo tempo, a organização destas informações avulsas, constituía um novo texto, conseqüentemente um novo discurso. Vejamos:

“d. Atividades Subversivas:

(15)- ESTELA BORGES MORATO, a policial que foi baleada em serviço quando da captura de MARIGHELA, continua internada no Hospital das Clínicas, sendo seu estado considerado gravíssimo. (FSP).

(16)- “No momento ganhamos mais uma batalha, mas é necessário vencermos a guerra.”.

-A frase é de uma autoridade militar quando lhe perguntaram, ontem, se a morte de CARLOS MARIGHELA poderia significar o fim do terrorismo.

Nessa frase, está contida, também, a opinião de diversas outras autoridades encarregadas de combater o terrorismo e a subversão na área sob a jurisdição do II Ex. (ESP).(…)

(19)- As esquerdas, que estavam todas unidas, não obstante as divergências pessoais entre CARLOS MARIGHELA e CARLOS LAMARCA, agora estão completamente desarvoradas, sem liderança, com MARIGHELA morto e

LAMARCA no ostracismo, quiçá foragido. Chegaram a apontar que o substituto do ex- deputado federal do comando do terrorismo seria JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, vulgo “TOLEDO” ou “VELHO”, seu lugar tenente, mas este desde 17 do mês último fugiu de SÃO PAULO para o SUL e se encontra no exterior, com passaporte falsificado, a exemplo de numerosos outros componentes da VPR. (D POP)

(20)- Surge, no caso, um episódio estranho, qual seja o comprometimento de numerosos padres dominicanos, que chegaram a instalar no convento “base fixa” das operações de CARLOS MARIGHELA e seus adeptos. Vários dos indivíduos insistentemente procurados pela polícia, com fotografias estampadas em cartazes como terroristas perigosos, já fugiram do Brasil, por interferência de um grupo de religiosos. (D POP)¹²

Podemos notar neste BI que a seqüência de informações garante a constituição do novo discurso. No recorte estabelecido por nós temos, como primeira informação, a indicação do estado gravíssimo de uma policial. Sem dúvida, esta informação é motivo de profunda consternação para os membros da corporação e até de um sentimento , quiçá, de vingança. A seqüência confirma esta impressão, pois as autoridades militares (não uma única) assumem que ainda não ganharam a guerra, mas precisam fazê-lo; o discurso indireto presente no percurso das notas indica os passos dos procedimentos esperados. Os itens (19) e (20) fornecem as pistas sobre o caminho a seguir, afinal deixam claríssimo o fato de ocorrerem constantes fugas de terroristas, citando nomes e percurso, e de ocorrerem apoio para estas fugas, vindas de membros da Igreja.

Percebemos o percurso da retroalimentação por **autoconvencimento**, alimentando o conteúdo das discussões internas, da forma desejada pelo governo. Comunica e convence quanto à perspicácia, capacitação e empreendimento do governo em relação à sociedade, criando um sentimento de pertencimento. Esta condição justificaria o interesse pela circulação interna e diária, de informações sobre o próprio governo entre membros deste governo, garantindo a manutenção da teia de comunicação entre os membros do sistema de Informação. Esta imagem define dois procedimentos: o primeiro é o de que para se garantir

¹² Pasta 20.C.043- 004, doc. 298, BI n.º 259, 06/11/69.

a confecção desta tessitura há a necessidade de uma coletividade e a segunda é a de que esta teia só se mantém se os seus nós continuarem interligados e isto seria garantido pela manutenção contínua do ato comunicativo, então, da circulação de informação. Além disso, esta informação, reapropriada, garante a homogeneização do discurso, alimentando a imagem do inimigo comum. Em julho de 1969 este tipo documental deixa de ser arquivado, cedendo espaço para uma outra tipologia, também produzida pelo SNI, denominada Apostila sobre o Comunismo Internacional e no Brasil. Com a tessitura garantida, o discurso é intensificado.